

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO SUL – *CAMPUS FELIZ*
ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO ESCOLAR**

SIMONE PETTER MENDES

**CONCEPÇÕES DA GESTÃO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE A
AVALIAÇÃO**

Feliz, dezembro de 2018.

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO
GRANDE DO SUL – *CAMPUS FELIZ*
ESPECIALIZAÇÃO LATO SENSU EM GESTÃO ESCOLAR**

SIMONE PETTER MENDES

**CONCEPÇÕES DA GESTÃO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE A
AVALIAÇÃO**

Trabalho de Monografia, apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Escolar do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – *campus* Feliz, para obtenção de grau de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora: Prof.^a Me. Andréia Veridiana Antich

Feliz, dezembro de 2018.

SIMONE PETTER MENDES

**CONCEPÇÕES DA GESTÃO ESCOLAR DA EDUCAÇÃO INFANTIL SOBRE A
AVALIAÇÃO**

Trabalho de Monografia, apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Escolar do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – *campus* Feliz, para obtenção de grau de Especialista em Gestão Escolar.

Conceito final:

Aprovada em ____ de _____ de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Me. Andréia Veridiana Antich (orientadora)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Feliz

Prof. Dr.^a Karla dos Santos Guterres Alves
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Feliz

Prof. Me. Júlio Cesar de Vargas Oliveira
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Feliz

AGRADECIMENTOS

Agradeço em especial a Deus, a meus filhos Davi e Miguel, meu marido Vanderlei, minha mãe Neuza, a toda a minha família, muito obrigado pelo apoio e compreensão, amo vocês, milhões de beijos.

Professora orientadora Andréia você é uma pessoa iluminada, agradeço por tudo, de coração.

Obrigada aos meus colegas de trabalho, vocês são pessoas especiais para mim.

RESUMO

A presente pesquisa se propôs a analisar qual a concepção da gestão da Educação Infantil sobre a construção da avaliação nesta faixa etária. O estudo caracterizou-se como pesquisa qualitativa, uma vez que o principal instrumento para levantamento de dados foi a entrevista individual e semiestruturada com três gestoras de escolas de Educação Infantil dos municípios de Feliz, Vale Real e Linha Nova. Os dados coletados foram analisados a partir de princípios da análise de conteúdos. O referencial teórico que iluminou as reflexões sobre a avaliação da aprendizagem na Educação Infantil foi fundamentalmente baseado em autores como Hoffmann (2013), Lavelle e Dionne (1999), Villas Boas (2007), Luckesi (2011), Mynaio (2001), Manzani (1990), sem detrimento de outras contribuições. A relevância deste trabalho está em contribuir com o debate acerca da avaliação na Educação Infantil, sobre os instrumentos utilizados para este fim e qual a concepção da gestão escolar sobre a avaliação feita nesta fase escolar. O estudo apontou que o uso do portfólio como ferramenta avaliativa contribui para o processo reflexivo do docente, colaborando com a aprendizagem dos alunos.

Palavras-chave: Avaliação da aprendizagem. Educação Infantil. Portfólios.

ABSTRACT

The present study was proposed to analyze what is the conception of the manager in the Child Education about the construction of the evaluation in this age group. The study was characterized by a qualitative research, being the main instrument for data collection was and individual and semi-structured interview with three manager from Child Schools in Feliz, Vale Real and Linha Nova. The data collected was analyzed by the principles of Content Analysis. The theoretical reference that enlightened the reflections about the Evaluation of learning in Child School was fundamentally based on authors like: Hoffmann (2013), Laville (1999), Villas Boas (2007), Luckesi (2011), Lück (2013), Mynaio (1995, 2011), Manzani (1990), without detriment of other contributions. The relevance of this work is in contributing with the debate around the evaluation of the Child School, about the instruments used to this and what is the conception of the School manager about the evaluation done in this school fase. The study also aimed the use of portfolio as an evaluation tool that contributed to the reflexive process of the faculty, helping with the students learning.

Keywords: Learning Evaluation. Child Education. Portfolios.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
1.1	DELIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	7
1.2	METODOLOGIA.....	9
1.3	ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DA PESQUISA	10
2	REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1	A EDUCAÇÃO INFANTIL.....	11
2.2	A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	15
2.2.1	O portfólio	17
3	ANÁLISE DOS DADOS	20
3.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA E APRESENTAÇÃO DAS INTERLOCUTORAS.....	20
3.2	AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL	22
3.3	A AVALIAÇÃO COMO PROCESSO REFLEXIVO	26
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
	REFERÊNCIAS	32
	APÊNDICE A – ENTREVISTA	34
	ANEXO A – TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO	35

1 INTRODUÇÃO

1.1 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

No contexto atual, a Educação Infantil não é responsável somente por cuidar, mas também, por educar, proporcionando assim, o desenvolvimento integral do educando. Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9394/96, Art. 29,

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 6 (seis) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 1996).

Já que a Educação Infantil compreende um momento de desenvolvimento pleno da criança, também se precisa pensar em maneiras de avaliação que acompanhem de forma significativa o desenvolvimento e as aprendizagens do aluno.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI),

As instituições de Educação Infantil, sob a ótica da garantia de direitos, são responsáveis por criar procedimentos para avaliação do trabalho pedagógico e das conquistas das crianças.

A avaliação é instrumento de reflexão sobre a prática pedagógica na busca de melhores caminhos para orientar as aprendizagens das crianças. Ela deve incidir sobre todo o contexto de aprendizagem: as atividades propostas e modo como foram realizadas, as instruções e apoios oferecidos às crianças individualmente e ao coletivo de crianças, a forma como o professor respondeu às manifestações e às interações das crianças, os agrupamentos que as crianças formaram o material oferecido e o espaço e o tempo garantidos para a realização das atividades. Espera-se, a partir disso, que o professor possa pesquisar quais elementos estão contribuindo, ou dificultando, as possibilidades de expressão da criança, sua aprendizagem e desenvolvimento, e então fortalecer, ou modificar, a situação, de modo a efetivar o Projeto Político-Pedagógico de cada instituição. (BRASIL, 2009, p. 16).

O Projeto-Político-Pedagógico (PPP), concebido por toda a comunidade escolar, revisado anualmente, redefinido a cada dois anos, constitui a identidade da escola e indica caminhos para o ensino de qualidade. Balizando, inclusive, como deve ser feita a avaliação e para quê.

Conforme a LDB, a avaliação tem a finalidade de acompanhar o processo de ensino e aprendizagem e também de possibilitar a reflexão sobre o trabalho pedagógico realizado. Então, não só o professor é responsável por este trabalho, como também a gestão escolar, que busca valorizar a parte pedagógica da escola como fator imprescindível da aprendizagem e do desenvolvimento da criança.

Conforme Hoffmann (2013), a avaliação na Educação Infantil possibilita ao professor uma reflexão sobre o processo de ensino e de aprendizagem. Serve como meio para balizar o trabalho do professor que, às vezes, precisa repensar seus métodos pedagógicos e trazer consigo “um olhar sensível” acerca da trajetória percorrida por cada educando. Nesse sentido, a gestão, para além do olhar sensível, também precisa desenvolver uma escuta sensível.

A avaliação objetiva, segundo Hoffmann (2013, p. 9) “a observação permanente das aprendizagens para poder realizar uma ação educativa baseada nos percursos individuais.”

Levando em consideração os aspectos apresentados, este estudo possui o seguinte problema de pesquisa: Qual a concepção da gestão da Educação Infantil sobre a avaliação?

Tem como objetivo geral: analisar a concepção da gestão escolar da Educação Infantil sobre a construção da avaliação nesta faixa etária.

Sendo assim, tem como objetivos específicos:

- a) compreender as principais práticas avaliativas utilizadas na Educação Infantil;
- b) identificar os instrumentos avaliativos utilizados nas escolas pesquisadas;
- c) compreender como são organizados os critérios avaliativos que são apresentados nos instrumentos de avaliação.

Para alcançar os objetivos propostos, a pesquisa está embasada em um referencial teórico que busca dar o suporte necessário para a construção da metodologia e a análise dos resultados encontrados. Além disto, foi realizado o levantamento de dados através de entrevistas com gestoras de escolas de três municípios da região do Vale do Caí: Feliz, Vale Real e Linha Nova, sobre as práticas avaliativas utilizadas nestas escolas e como a gestão escolar as concebe.

1.2 METODOLOGIA

Esse estudo possui uma abordagem de caráter qualitativo. Segundo Minayo:

[...] a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ele trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2001, p. 21-22).

A aproximação com a realidade e a interação com aqueles que nela estão, pesquisador e pesquisados, foi determinante para a escolha deste tema de pesquisa: avaliação na Educação Infantil, como ela é feita e como é vista pelos gestores envolvidos neste processo.

Desta forma, o levantamento dos dados da pesquisa foi realizado através de entrevista com perguntas abertas e semiestruturadas, com um roteiro previamente elaborado, em contato direto entre pesquisador e pesquisado. Segundo Laille e Dionne (1999, p. 188), “[...] a entrevista semiestruturada é feita verbalmente com uma ordem prevista e podem ser acrescentadas outras perguntas.”

Para Manzani (1990, p. 154), “A entrevista semiestruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista.” Para o autor supracitado, deste tipo de entrevista podem surgir informações de forma mais livre e as respostas não estão previamente determinadas.

Para a realização das entrevistas, com antecedência, entrou-se em contato com as interlocutoras para agendá-las. Após a realização, ambas assinaram o Termo de Livre Consentimento e Esclarecimento. Nesse sentido, foi firmado o compromisso de preservar a identidade das interlocutoras. Assim, elas serão nomeadas pelas letras A, B e C.

Os dados levantados foram analisados sob os princípios da Análise de Conteúdo conforme designa Bardin (2011):

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de

produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 2011, p. 47).

Mediante esse processo, foram elencadas três categorias na análise, as quais serão apresentadas no Capítulo 3.

1.3 ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DA PESQUISA

Essa pesquisa está estruturada em quatro capítulos, sendo que o primeiro versa sobre a introdução, a fim de que se tenha compreensão do tema estudado. O segundo capítulo aborda o referencial teórico, que se estruturam nos seguintes pontos: a Educação Infantil, a avaliação na Educação Infantil e portfólio.

O terceiro capítulo traz a análise dos dados coletados com as três gestoras entrevistadas, apresentando as três categorias desveladas: contextualização da pesquisa e apresentação das interlocutoras, avaliação da aprendizagem na Educação Infantil e avaliação como processo reflexivo.

Por fim, no quarto capítulo são apresentadas as considerações finais do estudo realizado sobre a concepção da gestão escolar em relação à avaliação realizada nas escolas de Educação Infantil.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação é um direito amparado por lei. A Constituição Federal de 1988 dispõe sobre o dever do Estado com a Educação Infantil, em seu Art. 208, parágrafo IV, prevê o “atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade.” (BRASIL, 1988).

Ainda conforme o Art. 208, em seu parágrafo VII, inciso 1º e 2º, fica claro que “o acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo” e, também “o não-oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público, ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente.” (BRASIL, 1988).

Nem sempre foi assim. Com as mudanças sociais e o processo de industrialização, surgiu a necessidade das mulheres, além de atuarem em seus lares, também trabalharem para auxiliar no orçamento doméstico. Com isto, veio a necessidade de ter um lugar para deixar seus filhos durante este período. Surgem então, as creches, cuja atividade primordial era “o cuidar”. (CRAIDY; KAERCHER, 2001).

No Brasil, a partir do século XIX, começam a existir creches e pré-escolas para acolher as crianças, no entanto, o atendimento era diferenciado conforme a classe social a que as famílias pertenciam. Para as classes de maior poder aquisitivo, as instituições tinham um modelo pautado em práticas escolares, já para os menos favorecidos financeiramente, a creche tinha caráter meramente assistencialista. Por muito tempo, não existiram políticas públicas e investimentos na escolarização das crianças desta faixa etária, tão pouco, profissionais especializados para atuar nesta área. (CRAIDY; KAERCHER, 2001).

Craidy e Kaercher destacam que a Educação Infantil surgiu por vários fatores:

[...] as creches e pré-escolas surgiram a partir de mudanças econômicas, políticas e sociais que ocorrerão na sociedade: pela incorporação das mulheres à força de trabalho assalariado, na organização das famílias, num novo papel da mulher, numa nova relação entre os sexos, para citar apenas as mais evidentes. Mas, também, por razões que se identificam com um conjunto de ideias novas sobre a infância, sobre o papel da criança na sociedade e de como torná-la, através da educação, um indivíduo produtivo e ajustado às exigências do conjunto social. (CRAIDY; KAERCHER, 2001, p. 15).

Ao longo do processo histórico e social, mediante as militâncias dos profissionais e estudiosos da área da Educação Infantil foram criadas leis que dão direitos às crianças, entre elas, a Declaração Universal dos Direitos da Criança e do Adolescente, iniciada em 1959 e instituída no Brasil pela já citada Constituição Federal de 1988, em seu Art. 227. E também o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8069/90, que prevê a creche/pré-escola como direito da família e o estado com a obrigação de prover este serviço, independentemente de seu poder aquisitivo.

A construção da identidade da Educação Infantil, ao longo desse processo, teve ampla participação de movimentos populares de mulheres e da redemocratização do Brasil. Isso influenciou na perspectiva que uniu o assistencialismo à escolarização, “o educar ao cuidar”, dando os mesmos direitos às crianças.

Outro aspecto relevante a ser considerado é a exigência de formação profissional para atuar nessa etapa de ensino. A LDB, Art. 62, preconiza a necessidade de formação para o profissional da Educação Infantil e estabelece que a formação do educador desse segmento precisa ser “em nível superior, admitindo-se, como formação mínima, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.” (BRASIL, 1996). O texto ainda cita a responsabilidade constitucional dos municípios na oferta de Educação Infantil, tendo a colaboração da União e dos estados.

A Lei-Quadro 5/97 (Orientações Curriculares para a Educação Pré-Escolar) preconiza:

[...] a Educação Pré-escolar é a primeira etapa da Educação Básica no processo de educação ao longo da vida, sendo complementar a ação educativa da família, com a qual deve estabelecer estreita relação, favorecendo a formação e o desenvolvimento equilibrado, da criança tendo em vista a sua plena inserção na sociedade, como ser autônomo, livre e solidário. (BRASIL, 1997, p. 17).

Evidencia-se um estímulo à autonomia das unidades educacionais na organização flexível de seu currículo e pluralidade de métodos pedagógicos que assegurem a aprendizagem.

A partir destas leis observa-se que a Educação Infantil ganhou uma dimensão mais ampla dentro do sistema educacional, a criança passou a ser vista como ser capaz de direitos, ser social que produz, estabelece relações, cultura e aprendizagem. Então, a Educação Infantil passou a articular “cuidar”, com “educar”. As DCNEI, Parecer 22/98 esclarece:

[...] contemplando o trabalho nas creches para as crianças de 0 a 3 anos e nas chamadas pré-escolas ou centros e classes da educação infantil para as de 4 a 6 anos, além de nortear as propostas curriculares e os projetos pedagógicos, estabelecerão paradigmas para a própria concepção destes programas de cuidado e educação com qualidade. (BRASIL, 1998, p. 2).

Então, na Educação Infantil, as escolas passam a ter caráter educacional e não apenas assistencial, fortalecendo as práticas pedagógicas mediadoras de aprendizagem e do desenvolvimento das crianças. Conforme o Projeto de Resolução que fixa as DCNEI:

Art. 6º As propostas pedagógicas de Educação Infantil devem respeitar os seguintes princípios:
 Éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades.
 Políticos: dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática.
 Estéticos: da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais. (BRASIL, 2009, p. 19).

Neste contexto de intensas transformações, a Educação Infantil vivencia um processo de ascensão pautado por questões que dizem respeito a orientação curricular, isto é, propostas e práticas pedagógicas, saberes e fazeres dos professores.

Para auxiliar no balizamento das atividades pedagógicas, as escolas de Educação Infantil têm o PPP concebido e revisado anualmente por toda a comunidade escolar. Este constitui a identidade da escola e indica os caminhos para o ensino de qualidade e também serve para informar as famílias sobre as concepções e perspectivas de trabalho adotadas pela escola.

Assim, a instituição de ensino de Educação Infantil busca proporcionar a todos os seus educandos um ambiente com experiências educativas, promovendo aos pequenos o desenvolvimento integral de suas potencialidades, em seus aspectos físico, social, psicológico e intelectual, conforme prevê a LDB, em seu Art. 29. (BRASIL, 1996).

As DCNEI são documentos que “orientam a formulação de políticas, incluindo a formação de professores e demais profissionais da Educação [...]” (BRASIL, 2009, p. 3).

Para acompanhar a trajetória educativa da criança, as DCNEI confirmam:

- a) Planejar e efetivar o acolhimento das crianças e de suas famílias quando do ingresso na instituição, considerando a necessária adaptação das crianças e seus responsáveis às práticas e relacionamentos que têm lugar naquele espaço, e visar o conhecimento de cada criança e de sua família pela equipe da instituição;
- b) Priorizar a observação atenta das crianças e mediar as relações que elas estabelecem entre si, entre elas e os adultos, entre elas e as situações e objetos, para orientar as mudanças de turmas pelas crianças e acompanhar seu processo de vivência e desenvolvimento no interior da instituição;
- c) Planejar o trabalho pedagógico reunindo as equipes da creche e da pré-escola, acompanhado de relatórios descritivos das turmas e das crianças, suas vivências, conquistas e planos, de modo a dar continuidade a seu processo de aprendizagem;
- d) Prever formas de articulação entre os docentes da Educação Infantil e do Ensino Fundamental (encontros, visitas, reuniões) e providenciar instrumentos de registro- portfólios de turmas, relatórios de avaliação do trabalho pedagógico, documentação da frequência e das realizações alcançadas pelas crianças- que permitam aos docentes do Ensino Fundamental conhecer os processos de aprendizagem vivenciados na Educação Infantil, em especial na pré-escola e as condições em que elas se deram, independentemente dessa transição ser feita no interior de uma mesma instituição ou entre instituições, para assegurar as crianças a continuidade de seus processos peculiares de desenvolvimento e a concretização de seu direito à educação. (BRASIL, 2009, p. 17).

Nesse sentido, a Educação Infantil, como parte integrante da Educação Básica, tem sua relevância na formação integral da criança, segundo a LDB, em seu Art. 22, esta etapa tem por finalidade desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecendo-lhe meios para progredir nos estudos e trabalho posteriormente. (BRASIL, 1996). Conforme Parecer nº20/2009:

Intencionalmente planejadas e permanentemente avaliadas, as práticas que estruturam o cotidiano das instituições de Educação Infantil devem considerar a integralidade e indivisibilidade das divisões expressivo-motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural das crianças, apontar as experiências de aprendizagem que se espera promover junto às crianças e efetivar-se por meio das habilidades que assegurem as metas educacionais de seu projeto pedagógico.

A gestão democrática da proposta curricular deve contar na sua elaboração, acompanhamento e avaliação tendo em vista o Projeto-Político-Pedagógico na unidade educacional, com a participação coletiva de professoras e professores, demais profissionais da instituição, famílias, comunidade e das crianças, sempre que possível e à sua maneira. (BRASIL, 2009, p. 6).

Nesta perspectiva, o trabalho pedagógico está articulado à avaliação que, além de dimensionar e avaliar o percurso da aprendizagem do aluno, serve também para

que o professor reflita sobre a sua prática docente. Podendo assim, constituir-se como um processo formativo para ambas as partes.

2.2 A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil é considerada uma etapa da Educação Básica e, conseqüentemente, parte imprescindível na formação do ser humano em sua integralidade. Além da necessidade de cuidados na primeira infância, é perceptível, cada vez mais, o interesse das famílias em proporcionar para seus filhos uma educação de qualidade, suscitando a ampliação do atendimento nas instituições que recebem crianças de zero a seis anos. A comunidade em geral também vem demonstrando uma consciência maior em relação à importância e ao reconhecimento do trabalho realizado na Educação Infantil. Conforme a LDB, Art. 2º:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996).

Então, a Educação Infantil busca dar suporte para a formação do ser humano em conjunto com a família e o Estado em seus aspectos físicos, cognitivos, afetivos, sociais e emocionais. Considerando a criança como um ser único, a avaliação da aprendizagem também necessita ser feita individualmente. (HOFFMANN, 2002). A LDB prevê que a avaliação de crianças de 0 a seis anos, enquanto estiverem na Educação Infantil, seja feita acompanhando e registrando seu desenvolvimento, jamais para fins de promoção, mesmo que para o acesso ao Ensino Fundamental. Esta avaliação constitui-se no processo de avanços do educando, na sua trajetória educativa. (HOFFMANN, 2002).

Ainda para a autora supracitada, a avaliação serve para balizar o trabalho do professor que, para além disso, por vezes, precisa repensar seus métodos pedagógicos e desenvolver “um olhar sensível” acerca da trajetória percorrida de cada educando em particular. Segundo o Referencial Curricular Nacional (RCN):

Para que as crianças possam exercer sua capacidade de criar é imprescindível que haja riqueza e diversidade nas experiências que lhe são oferecidas nas instituições sejam elas mais voltadas às

brincadeiras ou às aprendizagens que ocorrem por meio de uma intervenção direta. (BRASIL, 1998, p. 26).

Nesse sentido, a partir do reconhecimento da avaliação como parte de um processo reflexivo sobre o ensino e a aprendizagem apareceu o compromisso em lançar sobre a criança um olhar mais atento, orientado para o acompanhamento das suas conquistas e de suas aprendizagens.

A avaliação na Educação Infantil é um instrumento de apoio à prática pedagógica e tem um papel importante no ambiente escolar, serve para obter informações sobre o desenvolvimento do aluno. Segundo as DCNEI, a observação é parte integrante da avaliação:

A observação sistemática, crítica e criativa do comportamento de cada criança, de grupos de crianças das brincadeiras e interações entre as crianças no cotidiano, e a utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns, etc.), feitos ao longo do período em diversificados momentos, são condições necessárias para compreender como a criança se apropria de modos de agir, sentir e pensar culturalmente constituídos. Conhecer as preferências das crianças, a forma delas participarem nas atividades, seus parceiros prediletos para a realização de diferentes tipos de tarefas, suas narrativas, pode ajudar o professor a reorganizar as atividades de modo mais adequado ao alcance dos propósitos infantis e das aprendizagens coletivamente trabalhadas. (BRASIL, 2009, p. 17).

Portanto, a avaliação dá a base, não só para o acompanhamento do progresso da aprendizagem do aluno, mas também para planejar/replanejar o trabalho do professor, e assim garantir a continuidade dos processos educativos vividos pela criança.

A avaliação possui requisitos específicos de acordo com a idade e as necessidades das crianças. Também, precisa levar em consideração a articulação entre as diferentes áreas de conteúdo. Sendo assim,

Avaliar o processo e os efeitos implica tomar consciência da ação para adequar o processo educativo às necessidades das crianças e do grupo e à sua evolução. A avaliação realizada com as crianças é uma atividade educativa, constituindo também uma base de avaliação para o educador. [...] neste sentido, a avaliação é suporte do planejamento. (BRASIL, 1997, p. 27).

Hoffmann (2002) expõe que, dessa forma, avaliar deixa de ser uma maneira de classificar a criança, passando a um patamar muito além, sendo a avaliação utilizada

como ferramenta no processo de ensino e de aprendizagem que orienta o professor no percurso pedagógico. Trabalhando desta maneira o professor muda sua perspectiva de avaliação quando se enxerga partícipe do processo de aprendizagem e entende seu compromisso com o mesmo. A partir deste ponto, o resultado da avaliação indica caminhos para orientar a maneira de como o professor desenvolve suas aulas e conteúdo, possibilitando um ganho significativo no caminho de aprendizagem percorrido pela criança. Segundo Villas Boas (2007, p. 157),

Avaliação formativa é o processo pelo qual são analisadas continuamente todas as atividades em desenvolvimento e as desenvolvidas pelos estudantes, para que eles e os professores identifiquem o que já foi aprendido e o que falta ser aprendido, a fim de que se providenciem os meios para que todos avancem sem interrupções e sem percalços. Essa análise permite a organização/reorganização do trabalho pedagógico com vistas ao alcance das aprendizagens por todos. Por meio dessa função avaliativa, nada fica para depois e cada um tem suas necessidades de aprendizagem atendidas. Uma das principais características da avaliação formativa é ser conduzida pelo próprio professor. Também, estudantes participam do processo: se auto avaliam e avaliam o trabalho desenvolvido. (VILLAS BOAS, 2007, p. 57)

Essa perspectiva de avaliação oferece dados que contribuem para o bom andamento do processo de ensino-aprendizagem, sem constrangimentos ou punições, melhorando o trabalho do professor e enriquecendo o conhecimento adquirido pelo aluno.

Hoffmann (2001, p. 35) propõe uma perspectiva de avaliação que se fundamenta em um “processo dialógico e cooperativo, através do qual educandos e educadores aprendem sobre si mesmos no ato próprio da avaliação.” Nesse sentido, o aluno não pode ser o único avaliado, mas sim, também os professores, os métodos pedagógicos, os gestores, a instituição, a família, enfim, toda a comunidade escolar.

2.2.1 O portfólio

Existem vários instrumentos avaliativos utilizados para a avaliação do processo de aprendizagem na Educação Infantil: portfólio, registros audiovisuais e escritos, relatório, parecer descritivo, entre outros, que apresentam o caminho da aprendizagem da criança e estabelecem um paralelo entre o que foi desenvolvido e os objetivos utilizados como parâmetro.

Nessa seção será apresentado o portfólio, que é um dos instrumentos mais utilizados na Educação Infantil.

O portfólio apresenta o desenvolvimento de cada criança em uma determinada fase escolar. De acordo com Gardner (1994 apud FERNANDES, 2005, p. 55) o portfólio é “uma pasta de processos onde está representado o esforço para captar os passos e fases através dos quais as crianças se envolvem durante a realização de um projeto, produto ou trabalhos de arte.”

O portfólio, utilizado como meio avaliativo, serve pra demonstrar os avanços na aprendizagem do aluno. Para Luckesi (2011, p. 178), avaliar é simples, “é o ato por meio do qual perguntamos ao nosso educando se aprendeu o que ensinamos.” O portfólio é este meio utilizado para saber se o educando aprendeu.

Sabe-se que a avaliação na Educação Infantil deve oportunizar ao educando meios de desenvolver os aspectos cognitivo, emocional e motor. Então, o uso do portfólio como ferramenta avaliativa pode ajudar neste processo, mostrando à escola e à família a evolução de cada criança. Conforme destaca Villas Boas:

O portfólio é um recurso condizente com a avaliação formativa; é construído pelo estudante sob a orientação do professor. Compõe-se das produções selecionadas pelos estudantes, para que eles próprios e os professores acompanhem seu progresso e identifiquem as necessidades de intervenção. O portfólio põe em evidência essas necessidades, para uso dos estudantes e dos professores. Ancora-se nos seguintes princípios: reflexão, criatividade, autoavaliação, parceria, pertencimento e autonomia. (VILLAS BOAS, 2007, p. 158).

Assim, o portfólio constitui-se em mais do que uma junção de trabalhos, registros, fotos, apontamentos, ele revela o percurso da aprendizagem do aluno, a concepção do professor e do gestor da escola sobre o processo avaliativo adotado nesta instituição. Servindo também, como instrumento de reflexão sobre como está se construindo a aprendizagem, para, a partir deste ponto, mediar práticas que dêem sequência nesse processo.

Como já salientado, cada criança é um ser único, com características distintas de todas as outras, assim sendo, o portfólio precisa ser um trabalho individual. Dessa forma, “devem servir de registros e escritos, de comunicação individual com a criança a respeito do seu progresso de aprendizagem.” (SHORES; GRACE, 2001, p. 58).

O objetivo principal do portfólio, conforme Shores e Grace (2001, p. 13), é “encorajar a reflexão e o estabelecimento de objetivos a cada aprendiz e,

comprometendo os pais com a variação por meio de comunicação variada e frequente.” Nos portfólios encontram-se amostras e trabalhos realizados individual ou coletivamente, como também fotos, desenhos e descrições de atividades, trabalhos realizados pelas famílias, parecer descritivo individual, textos de estudo para as famílias, objetivos trabalhados, dentre outros materiais que forem relevantes para demonstrar o desenvolvimento da aprendizagem. Deste modo, avaliar na Educação Infantil é:

O processo de observar, registrar e outros modos de documentar o trabalho que a criança faz e como faz, como a base para a variedade de decisões educacionais que afetam a criança, incluindo planejar para grupos e crianças individuais e comunicar com os pais. (BREDEKAMP; ROSENGRANT, 1993, p. 10).

Então, nesse sentido, esse instrumento pode estreitar os laços entre professores e alunos, beneficiando o entrelaçamento dos saberes e conhecimentos entre todos os envolvidos. O uso do portfólio como ferramenta avaliativa amplia a comunicação entre professor, aluno e família.

3 ANÁLISE DOS DADOS

Através do levantamento dos dados coletados, mediante as entrevistas realizadas com as três gestoras de escolas de Educação Infantil dos municípios de Vale Real, Linha Nova e Feliz foi possível identificar qual a concepção de cada gestora entrevistada sobre a avaliação da aprendizagem na Educação Infantil e como ocorre a construção dos portfólios nas escolas que participaram desta pesquisa. Na próxima seção será feita uma apresentação das interlocutoras e parceiras desta pesquisa, desvelando as categorias de análise organizadas.

3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA E APRESENTAÇÃO DAS INTERLOCUTORAS

As gestoras serão denominadas alfabeticamente, com vistas a melhor sistematização dos dados. Todas as entrevistadas possuem Curso Normal (Magistério), sendo que duas são graduadas em Pedagogia e uma possui Licenciatura Plena em Matemática.

Através das entrevistas, constatou-se que todas as gestoras são pós-graduadas em três áreas distintas da educação, sendo elas: Orientação e Supervisão Escolar, Psicopedagogia e Educação Continuada. O Quadro 1 apresenta essas informações.

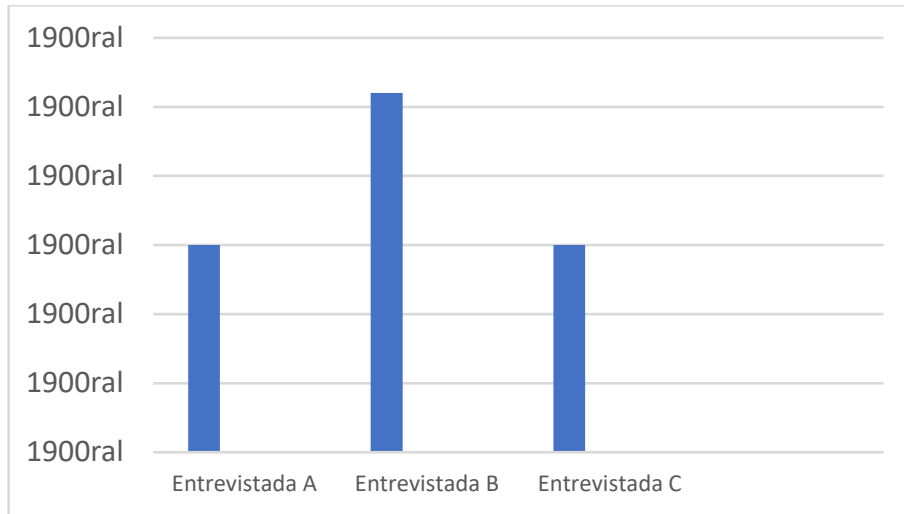
Quadro 1 – Formação dos gestores

ENTREVISTADAS	ENSINO MÉDIO	GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO
Entrevistada A	Magistério	Licenciatura em Pedagogia	Orientação e Supervisão Escolar
Entrevistada B	Magistério	Licenciatura em Matemática	Psicopedagogia
Entrevistada C	Magistério	Licenciatura em Pedagogia	Educação Continuada

Fonte: elaborado pela autora (2018).

Em relação ao tempo que atuam na área da educação, duas entrevistadas atuam há quinze anos e uma há vinte e seis anos. O Gráfico 1 apresenta tais dados.

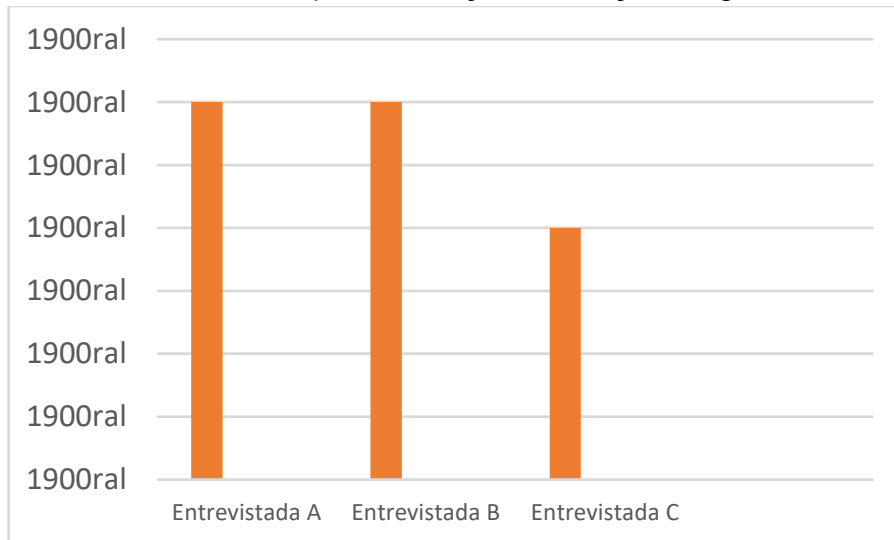
Gráfico 1 – Tempo que atuam na educação



Fonte: elaborado pela autora (2018).

Já em relação ao tempo de serviço como gestoras nas escolas parceiras desta pesquisa, duas das três contabilizam seis anos e a terceira, quatro anos. O Gráfico 2 sintetiza esta questão.

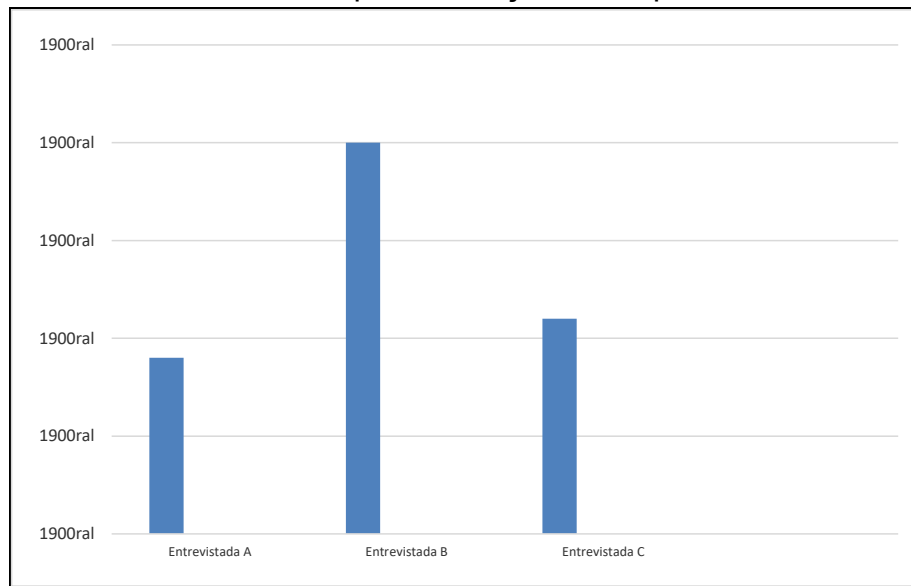
Gráfico 2 – Tempo de atuação na função de gestora



Fonte: elaborado pela autora (2018).

No que se refere ao tempo de atuação como professora, uma das pesquisadas tem nove anos, distribuídos entre as redes privada e municipal, outra tem vinte anos divididos nas redes estadual e municipal e a terceira interlocutora tem onze anos, todos na rede municipal, como mostra o Gráfico 3.

Gráfico 3 – Tempo de atuação como professora



Fonte: elaborado pela autora (2018).

3.2 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Nas escolas de Educação Infantil parceiras desta pesquisa, percebeu-se qual a concepção das gestoras entrevistadas sobre a avaliação nesta faixa etária. A gestora A considera a avaliação como um fator de relevância para o acompanhamento do processo de aprendizagem dos alunos, mas que ainda precisa ser ressignificada por alguns profissionais da área:

Eu acho de extrema importância, embora que eu ainda percebo que tem muitos profissionais que não vejam o quanto isto é importante. Na minha concepção, avaliar é acompanhar a evolução, o processo. Eu percebo que temos profissionais, não todos, mas alguns que não tem esta visão, que não está clara para eles, que, por exemplo, num berçário 1, o que eu preciso observar? Qual é o meu olhar? O que essa criança precisa saber? Ela já gatinhou? Ela não gatinhou? Até que idade eu posso esperar?

Berçário 2, a questão do caminhar, depois começa a retirada da fralda. Eu vejo que isto pra eles não está claro, eles não têm isso, alguns profissionais, bem claro. Eu vejo como isso é difícil, para os professores saberem o que é importante desenvolver naquela faixa etária. E eu percebo que isto ainda é algo bem distante dos nossos profissionais.

Nesse sentido, corroborando com a ideia de Hoffmann (2013, não paginado) de que “os relatórios de avaliação representam a análise e a reconstituição da situação vivida pela criança na interação com o professor.” Dessa forma, o olhar atento e afetivo

do professor em relação aos seus alunos aliado ao seu profissionalismo, possibilita uma melhora no desenvolvimento da aprendizagem.

O avaliar continuamente foi citado pela entrevistada B que a concebe como “[...] contínua e processual, algo que acontece a cada dia um pouquinho.”

Também se entende a preocupação da gestora C em avaliar o aluno de modo particular, respeitando o tempo de cada criança para se desenvolver e construir o seu processo de aprendizagem:

Eu acho que é muito complexo, avaliar uma criança, dizer ela é apta, ela não é apta, eu acho que é toda questão do contexto, do que a criança desenvolveu ou não desenvolveu, por exemplo, a gente tem crianças que conseguem caminhar com um ano e tem crianças que caminham com um ano e três meses, porque dizer pra mãe que a criança que caminhou com um ano e três meses. Então, eu acho assim bem complicado dizer pra uma mãe: ele consegue e a outra criança não consegue, sendo que no dia seguinte a criança pode conseguir. É uma questão que a gente não pode só se basear numa coisa, claro que a gente sabe que berçário tem que fazer, seria ideal fazer tal coisa, mas se a criança não faz, eu acho que não impede ela de nada, só talvez, não é o tempo dela. Assim, [...] na Educação Infantil tem muitas exigências, porque olha tudo o que a criança precisa fazer, tem que caminhar, depois de caminhar tem que parar de chupar bico, tem que tirar o nana, depois tirar as fraldas, depois tem que ir para o Ensino Fundamental sabendo o alfabeto, sabendo recortar, sentar. Acho que são seis anos bem complicados para a criança. Porque se ela não vai pronta para o Ensino Fundamental é cobrado de nós. Então, eu acho a avaliação na Educação Infantil bem complicada, porque a gente não tem como dizer essa criança é boa, essa criança não é boa, talvez só não esteja no tempo dela.

Durante o levantamento de dados nas três Escolas de Municipais de Educação Infantil do Vale do Caí, foi possível perceber que o instrumento avaliativo utilizado é o portfólio, conforme a entrevistada A salienta:

Temos o portfólio, onde vão todas as atividades desenvolvidas com a criança durante o ano, no final vai o parecer descritivo do aluno. Colocamos todas as atividades, porque eu como professora sei o quão trabalhoso é montar o portfólio, quando a gente estava construindo, decidiu que iríamos colocar todas as atividades, por quê? Porque se nem o portfólio os pais guardam, que dirá umas folhas soltas. Então a gente coloca tudo e depois manda encadernar no final do ano, na metade do ano é a pasta AZ.

A gestora A explica a realidade da sua EMEI:

Eu vou falar da minha realidade, que é o parecer descritivo e o portfólio, como os dois andam juntos, por que assim, pelo portfólio os pais podem acompanhar um pouquinho do trabalho que é desenvolvido, então eles têm um olhar de um pouco do que se faz, de um pouco do que se trabalha. E junto do portfólio então, vai o parecer, eu vejo que isto também é uma dificuldade dos nossos profissionais tem ou alguns, se detém muito aos aspectos formativos ou a rotina.

Sobre a avaliação da aprendizagem, Luckesi (2011, p. 177) assim se manifesta:

A avaliação da aprendizagem só funcionará bem se houver clareza do que se deseja (projeto-político-pedagógico), se houver investimento e dedicação na produção dos resultados por parte de quem realiza a ação (execução) e se a avaliação funcionar como meio de investigar e, se necessário, intervir na realidade pedagógica, em busca do melhor resultado. Sem esses requisitos, a prática pedagógica permanecerá incompleta e a avaliação da aprendizagem não poderá cumprir a seu verdadeiro papel.

Sendo assim, a aprendizagem é mediada por parte do professor, equipe diretiva e coordenação municipal de educação, como se percebeu que acontece nas três escolas pesquisadas nos municípios de Feliz, Vale Real e Linha Nova, onde a avaliação é utilizada como recurso pedagógico para facilitar a aprendizagem do aluno.

A entrevistada C explicou que a maneira que a equipe de trabalho municipal acha mais prudente de avaliar os alunos é com parecer descritivo, pois “abrange todas as áreas.” A gestora A explica que na sua Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) “a avaliação da aprendizagem dos alunos é realizada diariamente. As professoras têm um caderninho onde fazem os registros [...]” Já a entrevistada B considera a observação diária importante: “nós temos, inclusive aqui na EMEI, o caderno que cada aluno tem sua página. Então, como nós temos um professor só num turno, no outro turno a gente tem educadoras, elas ajudam a fazer anotações de algo importante que aconteceu.”

Sobre a avaliação, Luckesi (2011, p. 14) diz: “Ela é parte ato pedagógico, formando um todo com os atos de planejar e executar.”

Nessa perspectiva, consolida-se a ideia de que nas escolas pesquisadas a avaliação da aprendizagem acontece com um desejo claro e definido de que o aluno se desenvolva em todos os aspectos, sejam eles cognitivos, motores, afetivos e sociais.

Já conforme a entrevistada B, a avaliação da aprendizagem na EMEI em que trabalha acontece “[...] em sala de aula, no turno do professor, porque as educadoras trabalham mais o brincar na areia, no parquinho, na pracinha.”

Através das entrevistas percebeu-se que a construção dos instrumentos avaliativos nas escolas ocorre com atenção e seriedade, conforme salienta a entrevistada A, “cada professor é responsável por elaborar um parecer que é encaminhado, então à coordenadora da Educação, ela lê, vê o que acha, devolve para o professor elaborar os demais [...].”

Em todas as EMEIs pesquisadas as professoras são responsáveis pela construção do parecer e tem o apoio da coordenadora e da equipe gestora da EMEI para desenvolverem os instrumentos avaliativos. Na instituição de ensino da entrevistada C, o portfólio conta ainda com o parecer dos professores das oficinas de Dança/Música, Alemão e Educação Física. Assim, conforme Villas Boas (2007, p. 158), o portfólio “é um meio de a escola passar a trabalhar integradamente, porque [...] pode reunir atividades de mais de uma disciplina.”

As oficinas são oferecidas em todas as EMEIs pesquisadas e oferecem aos alunos possibilidades de ampliar suas potencialidades, seja no aspecto motor, com as aulas de Educação Física e Dança, ou aprendendo sobre outras culturas com as aulas de Língua Inglesa e Alemã. Enfim, abrem um vasto leque de possibilidades de aprendizado para os educandos atendidos nessas escolas.

A gestora B explica como é organizado o portfólio:

Elas organizam os trabalhos em caixas por aluno, semestralmente é feito o portfólio, encadernado na própria escola, são colocadas fotos e parecer. Elas fazem a diversificação dos trabalhos para encadernar, porque senão ele fica muito grosso, muito extenso, enjoa, e dentro deste portfólio ainda vai as fotos, eu levo as fotos para imprimir. Então, como vai as fotos? Não são fotos perdidas, cada foto tem que escrever em cima e cada trabalho também, o que está acontecendo naquela foto, tirei, registrei, que registro que eu fiz? É bonito de ver, dá trabalho, só que é assim, desde que eu entrei aqui em dois mil e quatorze, o primeiro ano que foi mais ou menos, mas a partir de dois mil e quinze, as gurias todas começaram a fazer o portfólio, porque depois de dois mil e quinze cada turma tinha sua professora e aí ficou mais fácil.

Analisando as entrevistas percebeu-se o quanto o trabalho coletivo da equipe educacional repercute na construção dos instrumentos avaliativos. o quão importante o empenho da gestora e da coordenadora/supervisora municipal no apoio dispensado

aos docentes influencia na perspectiva de avaliação do processo aprendizagem dos alunos. Assim, estar à frente da equipe gestora de uma instituição de ensino é desafiador, pois além de empenhar-se no auxílio à parte pedagógica, que é de suma importância, o gestor também precisa dar conta da parte administrativa e financeira da sua EMEI. Por vezes, acaba sendo difícil para o profissional vencer os afazeres sozinho. Diante dessa realidade, o suporte pedagógico recebido das secretarias municipais de educação é fundamental para que o trabalho da gestão escolar se desenvolva de maneira satisfatória.

3.3 A AVALIAÇÃO COMO PROCESSO REFLEXIVO

A partir da análise dos dados, percebeu-se que a avaliação da aprendizagem na Educação Infantil pode possibilitar o processo reflexivo do professor, melhorando o processo de ensino e de aprendizagem. A entrevistada B diz: “[...] eu acho que aqui é bem tranquilo, as professoras, trocam muitas ideias também, elas fazem essa reflexão sim, esta troca repercute positivamente na prática docente.”

A entrevistada C considera que a avaliação deve ser feita reflexivamente:

Tem que cuidar o que escreve, sempre refletindo, pois é uma coisa escrita que talvez daqui há trinta anos o aluno vai ler e pensar: nossa, a professora escreveu isso e isso de mim. Acho que elas têm que refletir muito sobre o que elas escrevem, não deixar de falar nada do aluno, mas não precisa ser necessariamente no papel, porque está escrito, está registrado. Então, conversa com essa mãe, aqui chamamos muito os pais pra conversar, tem uma criança que está se sobressaindo, tendo atitudes inadequadas, vamos escrever um bilhete, não surtiu efeito, vamos chamar a mãe. Se está escrito no parecer não é porque caiu do céu, teve um acompanhamento, teve um desenvolvimento antes com a família, tem famílias que não aparecem, mas é uma opção deles.

Assim, a participação dos pais/responsáveis na vida escolar dos filhos é imprescindível para a aprendizagem, é importante que as famílias compreendam como acontece a avaliação nesta faixa etária. Conforme as Orientações Curriculares Nacionais para a Educação Infantil:

Para que a Educação Pré-Escolar possa contribuir para uma maior igualdade de oportunidades, as Orientações Curriculares acentuam a importância de uma pedagogia estruturada, o que implica uma organização intencional e sistemática do processo pedagógico

exigindo que o educador planeie o seu trabalho e avalie o processo e os seus efeitos no desenvolvimento e na aprendizagem das crianças. (BRASIL, 1997, p. 18).

Existe também a preocupação latente por parte da gestão da escola para que a avaliação da aprendizagem seja utilizada como ferramenta reflexiva do professor sobre o seu trabalho.

O processo reflexivo do professor orienta o trabalho pedagógico, pois a partir da leitura do portfólio vê-se, conforme salienta a entrevistada A o desenvolvimento dos alunos e desafios a serem traçados:

Sim, isso fica bem claro, assim a gente vê, não de todos, mas da maioria deles sim, tu consegues ver a evolução da criança. Então, é por ali que tu vê as evoluções, como a questão da evolução do desenho, o professor, às vezes, pensa, que isso é algo tão simples, mas bem é importante tu olhar o que eles riscaram lá no início, o que eles riscaram lá no segundo e como eles estão riscando no terceiro. Isso é uma evolução bem importante.

Seguindo na mesma linha de raciocínio, a gestora B interpõe: “O portfólio é maravilhoso, tanto para se observar o desenvolvimento quanto à maneira da criança se expressar.”

Nesta perspectiva, a leitura do portfólio como processo reflexivo do professor é utilizada para promover a aprendizagem do aluno e também das professoras e equipe gestora. No entanto, as gestoras salientam que esse ainda é um processo que está em construção pelas professoras.

Contudo, as escolas pesquisadas consideram o portfólio uma ferramenta essencial para avaliar a aprendizagem de seus alunos e para demonstrar a família como está o desenvolvimento de seus filhos, conforme disserta a entrevistada C:

Eu acho que o portfólio ficou uma maneira organizada de poder entregar, mostrar, sempre digo que é um filho que entregamos no final do ano, pois muitas vezes se passa mais tempo em cima do portfólio do que, algumas vezes, com o teu próprio filho, uma coisa que veio, talvez tenha que ser melhorado. Vai dados de identificação, mensagem, diagnóstico da turma, então a gente sempre tenta melhorar. Antes tínhamos só cinco fotos e os pais são muito visuais, acho que não lêem tanto, olham mais fotos, então alugamos uma impressora, eu disse para as gurias que podem botar as fotos que quiserem, não revelamos mais fotos e, sim imprimimos. Cada ano estamos melhorando. O parecer descritivo é algo que sempre buscamos melhorar, só que infelizmente não temos formação sobre como escrever um parecer descritivo, ano após anos parecem cópias

dos anteriores. Uma colega nossa trouxe esse livro com ideias de como escrever um parecer descritivo, vou fazer cópias para as gurias, e estamos buscando par ano que vem uma formação sobre o que colocar no parecer descritivo, o que deixar de fora e a maneira como colocar.

O portfólio serve como um espelho que reflete o desenvolvimento da aprendizagem do educando. Segundo Villas Boas (2007) através do portfólio é possível fazer a análise do progresso do aluno. Nas escolas pesquisadas, a construção dos instrumentos avaliativos ocorre por trimestre, semestre e por ano, contendo, além dos trabalhos dos alunos, o parecer descritivo e fotos. A entrevistada B enfatiza sua visão sobre esta ferramenta:

Olha eu gosto muito do portfólio, que nem eu disse, dá serviço, eu revelo mais de mil e quinhentas fotos, elas me trazem e aí eu vou procurar em Caxias do Sul o lugar mais barato, pego o carro e vou, é serviço, mas a gente vê como os pais ficam felizes, é uma recordação do filho durante o semestre, são dois, a gente encaderna um por semestre, eles ficam muito realizados, a gente vê. E o parecer também, claro a gente tem a coordenadora, a professora faz, a gente tem um tempo, umas duas reuniões pedagógicas onde elas se dedicam aos pareceres, a gente convida as educadoras também que podem ajudar, tem aquele caderninho de anotações e elas tiram dúvidas com a coordenadora, depois elas mandam por e-mail para ela, que revisa, manda de volta e aí elas mandam pra mim, eu imprimo, volta pra elas verem se não tem erro, é trabalhoso também, a gente sabe que no portfólio tem que falar pelas bordas, não pode usar certas palavras, certas expressões, que uma vez registrado é pra sempre.

Desta forma, mesmo enfrentando desafios as escolas pesquisadas trabalham sempre visando à aprendizagem em parceria com as famílias, conforme explica Oliveira:

Discorrer acerca da participação da família na vida escolar dos estudantes talvez pareça trivial; entretanto, refletir acerca das percepções e dos significados que os pais/responsáveis atribuem à avaliação das aprendizagens dos filhos é revelador se considerarmos que a organização do trabalho escolar e pedagógico compreende, entre outros aspectos, clareza de estratégias avaliativas adotadas pela escola, isto é, por todos os sujeitos sociais envolvidos no processo educativo. (OLIVEIRA, 2011, p. 107).

É relevante que escola e família trabalhem juntas e que esta última entenda como se aplica a avaliação da aprendizagem na Educação Infantil. Quando acontece a entrega dos portfólios é um momento de estreitar e fortalecer os laços entre ambos.

Nas escolas pesquisadas existem algumas diferenças nos aspectos que as diretoras consideram relevantes constar no parecer descritivo do discente, a gestora A enfatiza, “eu penso que a gente deveria colocar todos os aspectos, cognitivos, motor, elas se detém mais ao comportamental.”

Já na outra EMEI, a gestora C salienta que:

No parecer tem que ter como a criança interage com os colegas, em relação às atividades porque algumas crianças não gostam de fazer atividade, isso acho que tem que ter, o que ela já conhece, o que ainda não conhece, principalmente em berçário e maternal, a questão do desenvolvimento dele, se a criança no primeiro semestre não caminhava e agora caminha, se antes não segurava a mamadeira e agora segura, no maternal se no primeiro semestre não conseguia ir no banheiro sozinha e agora consegue, estas questões. Consegue agora segurar o lápis.

Desta forma, independentemente de que itens sejam mais relevantes para constar na avaliação, o importante é que a instituição de ensino seja cuidadosa ao fazer suas escolhas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando as questões que suscitaram o desenvolvimento desta pesquisa, tem-se a concepção da gestão de Educação Infantil sobre a avaliação da aprendizagem nesta faixa etária. Concluindo a pesquisa percebeu-se que as entrevistadas compreendem a avaliação como um meio viabilizador do processo de aprendizagem.

Entende-se também que as gestoras são peças chave neste processo, pois contribuem no processo avaliativo, tanto instigando a reflexão durante a construção dos pareceres e/ou portfólios, quanto na organização desses instrumentos. Também, é importante que os professores tenham oportunidades para ter qualificação e formação específica, visto a importância deste aperfeiçoamento afim de atender, compreender, desenvolver e conhecer o porquê da avaliação na Educação Infantil, já que constitui a primeira etapa da Educação Básica, da sua contribuição para o desenvolvimento e aprendizagem da criança, valorizando e contribuindo para suas conquistas.

Constatou-se durante esta pesquisa que o instrumento avaliativo utilizado nas três escolas pesquisadas no Vale do Caí é o portfólio. O mesmo é constituído pelos trabalhos desenvolvidos com os alunos durante o ano letivo, fotos de experiências vividas durante o período e o parecer descritivo, tudo feito com muito empenho e zelo e, através do portfólio, percebe-se claramente, segundo as pesquisadas o desenvolvimento da aprendizagem do discente.

Evidenciou-se o apoio das equipes diretivas e das secretarias municipais de educação como suporte para as professoras durante o processo de ensino e de aprendizagem e também durante o processo avaliativo dos alunos, ambas as situações ocorrem juntas durante o ano letivo.

Diante do disposto acima, evidenciou-se que o gestor de Educação Infantil concebe a avaliação nesta faixa etária como fator auxiliar no desenvolvimento da aprendizagem dos discentes, pois a partir da avaliação feita através do portfólio é possível enxergar a trajetória de cada aluno, seus avanços e dificuldades e, a partir desta leitura reflexiva, reorientar, se necessário sua maneira de lecionar.

Enfim, a produção do conhecimento na Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, depende, também, dos recursos metodológicos utilizados e a

avaliação serve para ajudar a determinar se estes recursos estão agindo de maneira satisfatória. Dependendo do resultado, estes métodos podem ser alterados, sempre beneficiando a aprendizagem dos alunos.

A realização dessa pesquisa serviu também como um processo formativo para mim, enquanto gestora. Me fez refletir sobre esse tema e na forma como a avaliação é organizada na EMEI em que trabalho.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

_____. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. ECA: Estatuto da criança e do Adolescente. In: **Diário Oficial**, Brasília, 16 jul. 1990.

_____. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. In: **Diário Oficial**, Brasília, 23 dez. 1996.

_____. **Lei nº 5, de 10 de fevereiro de 1997**. Consagra o ordenamento jurídico da Educação pré-escolar. Disponível em: <https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/EInfancia/documentos/lei-quadro_educacao_pre-escolar.pdf>. Acesso em: 15 out. 2018.

_____. Ministério da Educação. **Orientações Curriculares para a educação pré-escolar**. Brasília: Lisboa. 1997.

_____. Ministério da educação e do Desporto. **Referenciais Curriculares para a Educação Infantil**: Formação Pessoal e Social. vol. 2, Ministério da Educação. Brasília: MEC, 1998.

_____. Parecer nº 22, de 23 de março de 1999. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, Brasília, DF, 23 mar. 1999. Seção 1, p. 18. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/parecer_ceb_22.98.pdf>. Acesso em: 19 out. 2018.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2009.

_____. Parecer nº 20, de 9 de dezembro de 2012. Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, Brasília, DF, 9 dez. 21012. Seção 1, p. 14. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb020_09.pdf>. Acesso em: 19 out. 2018.

BREDEKAMP, S.; ROSENGRANT, T. (Eds.). **Reaching potentials**: Appropriate curriculum and assessment for young children. vol. 1. Washington. DC: National Association for the Education of Young Children (NAYEC), 1993.

CRAIDY, M. C.; KAERCHER, G. E P. da S. **Educação Infantil**: pra que te quero? Porto Alegre: Artmed, 2001.

FERNANDES, M. **O portfolio na educação de infância**: uma estratégia de reflexão do educador e das crianças. Lisboa: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, 2005.

HOFFMANN, J. **Avaliar para promover**: as setas do caminho. Porto Alegre: Mediação, 2001.

_____. **Avaliação Mediadora**. Porto Alegre: Mediação, 2002.

_____. **Avaliação e Educação Infantil:** um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2013. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/16697724-Avaliacao-na-pre-escola-um-olhar-sensivel-e.html>>. Acesso em: 19 out. 2018.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber:** manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

LÜCK, H. **Avaliação e Monitoramento do Trabalho Educacional.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. (Série Cadernos de Gestão).

LUCKESI, C. C. **Avaliação da Aprendizagem:** componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011.

MANZANI, E. J. A entrevista na pesquisa social. In: **Didática**, São Paulo, v. 26, 1990.

MINAYO, M. C. de S. (Org). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, R. M. Da S. Pais responsáveis: participação necessária. In: VILLAS BOAS, B. M. de F. (Org.) **Avaliação:** interações com o trabalho pedagógico. Campinas, SP: Papyrus, 2007.

SHORES, E. F; GRACE, C. **Manual de portfólio:** um guia passo a passo para professores. Porto Alegre: Artmed, 2001.

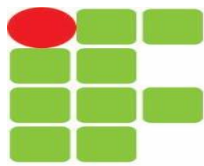
VILLAS BOAS, B. M. de F. (Org.) **Avaliação:** interações com o trabalho pedagógico. Campinas, SP: Papyrus, 2007.

APÊNDICE A – ENTREVISTA

ROTEIRO DA ENTREVISTA AOS GESTORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

1. Qual sua formação?
2. Quanto tempo atua na área da educação como professora? E como gestora?
3. Já atuou em outras redes (estadual, privada)?
4. Qual sua compreensão sobre a avaliação da aprendizagem na Educação Infantil?
5. Quais os instrumentos avaliativos utilizados na Educação Infantil que você conhece?
6. Como é realizada a avaliação da aprendizagem dos alunos nesta escola?
7. Como ocorre a construção do(os) instrumento(s) avaliativo (os) na sua escola?
8. A avaliação pode possibilitar o processo reflexivo do docente? Dê que forma?
9. Como você avalia o uso do portfólio? E o parecer descritivo?
10. Quais os principais aspectos que considera relevantes constar neste instrumento?
11. Você consegue perceber o desenvolvimento das crianças e os desafios a serem traçados a partir da leitura do portfólio?

ANEXO A – TERMO DE LIVRE CONSENTIMENTO



**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**
RIO GRANDE DO SUL
Campus Feliz

TERMO DE CONSENTIMENTO DE LIVRE ESCLARECIMENTO -ENTREVISTA

Eu

_____ RG _____

Domiciliada(o) à _____
no município de _____, declaro que concordo em participar como voluntária(o) da pesquisa, sob responsabilidade da aluna que cursa a disciplina TCC II, no curso de Especialização em Gestão Escolar no IFRS - Campus Feliz.

Declaro que fui satisfatoriamente esclarecida(o) que:

- a) Esta pesquisa balizará as reflexões sobre o processo de gestão escolar na Educação Infantil.
- b) A entrevista que concederei será gravada para que o conteúdo da mesma possa ser analisado integralmente.
- c) Não serei identificada quando da divulgação dos resultados e que, as informações obtidas serão utilizadas, apenas, para fins científicos vinculados à presente pesquisa.

Sendo assim, concordo em participar da entrevista em questão.

_____, ____ de _____ de 2018.

Entrevistada

Aluna entrevistadora